

# **“As escolas têm que pautar a questão da violência contra as mulheres indígenas”, diz Brulina Baniwa no Dia Laranja**

Na ocasião do Dia Laranja Pelo Fim da Violência contra Mulheres Indígenas, neste dia 25 de abril de 2017, a ONU Mulheres entrevista Brulina Aurora Baniwa, presidenta da Associação de Estudantes Indígenas da Universidade de Brasília - AAIUnB.

[\(ONU Mulheres, 25/04/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Braulina fala sobre a importância da demarcação de terras para a luta das mulheres, o contexto de violência contra as indígenas dentro e fora de suas comunidades e a importância da educação para a prevenção da violência e a valorização da diferença e da diversidade.



*Braulina Aurora Baniwa, presidenta da Associação de Estudantes Indígenas da Universidade de Brasília*

**- A demarcação de terras é uma pauta de enfrentamento à violência contra as mulheres? Que outras nuances e aspectos precisamos compreender quando falamos de violência contra as mulheres indígenas?**

Ainda pautamos e vamos continuar pautando a demarcação de nossos territórios. É a partir do território que a gente mantém o sistema tradicional de formação e educação cultural. Porque é a partir do olhar dos mais velhos, que estão no nosso território, que recebemos e mantemos nossas estruturas tradicionais. O território é o espaço de cada povo, é lá que mantemos a relação espiritual com a nossa terra mãe. No cenário nacional para povos indígenas, lutamos pela garantia de direitos conquistados, evitando os retrocessos. Uma das principais reivindicações de mulheres indígenas é o

território, pois é a partir dele que discutimos e reivindicamos as políticas públicas para nós. Como estudantes indígenas, também temos lutado pela garantia de uma educação de qualidade e pelo enfrentamento da violência nas universidades, onde observamos que há a necessidade de políticas específicas para os e as estudantes indígenas, pois não há uma política no sistema das universidades que atenda às nossas especificidades.

### **- Como a violência ao território indígena afeta as mulheres?**

Acredito que é muito complexa a questão da violência, porque estamos ainda no início da discussão sobre o [seu] enfrentamento. Como tratar disso? Como encorajar que nossa parenta [mulher indígena] tenha condição de falar? Que condição vamos dar para ela denunciar? E como denunciar? No nosso território, por exemplo, existe violência, mas não existe uma delegacia da mulher. Como aplicar a Lei Maria da Penha num território indígena? Sempre existiu a violência, mas como cuidar da inserção de produtos industrializados, como o álcool, que tem aumentado muito? Na minha região (Rio Negro - São Gabriel da Cachoeira), muitas meninas foram violentadas e não sabemos a quem recorrer. Temos perdido alunos, professores, por violências praticadas por pessoas que não são indígenas. O Estado não dá a mínima para essas questões. É como se a mulher estivesse sempre errada, “ela que não deveria estar naquele lugar naquele momento”. Este nunca é considerado um problema do homem. A gente denuncia, mas ainda somos pouco assistidas por parte do Estado. Para diminuir isso, as escolas também têm que pautar a questão da violência. A partir da educação sobre como ajudar o seu próximo podemos avançar. Parece que é de outro mundo falar disso. Como encorajar a denúncia? Porque sabemos que a violência não é só física, existem outras formas de violência. Quando tratamos disso em populações tradicionais, os homens vão dizer que as mulheres estão querendo mandar na vida deles. Não tem uma lei que nos ampare de forma diferente, que nos ampare enquanto mulheres indígenas. Estamos tratando desse tema em rodas de mulheres e amigos aos poucos, mas ainda há resistência, porque as primeiras perguntas que aparecem são: Se eu denunciar meu parceiro, quem vai levar comida para a minha casa? Quem fazer a roça? Como vai ser a minha vida ao tomar essa decisão? Por isso, temos que levar essa sensibilização para os homens também, para eles entenderem que aquela prática é uma violência. Não é se separar dos homens. Eu pauto que o direito de voz das mulheres indígenas

não seja visto como um desrespeito com os homens, mas que signifique unificar nossas lutas. A partir do momento que os homens abraçarem nossas causas como mulheres, acredito que vamos dar um grande passo. Este ano é o segundo ATL (Acampamento Terra Livre) em que será pautada a questão das mulheres indígenas. Estamos caminhando a passos lentos, mas estamos sendo recebidas. Sempre reivindicamos estes espaços, mas não pautávamos esse tema nesses grandes eventos. Acho que a militância das mulheres é hoje referência para as mulheres e para homens também na busca por melhor qualidade de vida e direitos para os e as indígenas.

**- A violência contra mulheres indígenas nas universidades é um tema recente. Você poderia falar um pouco mais sobre a especificidade da violência no contexto indígena? O que significa compreender essa violência e ser capaz de falar sobre ela para mulheres indígenas?**

Vai muito pela discriminação, o racismo que as alunas do nosso coletivo vêm sofrendo. A violência vem quando o professor olha pra aluna e diz “você não tem essa capacidade, você não tem cara de quem vai ser uma boa profissional. Você não tem capacidade de passar por aquela prova, aquela matéria...”. Tudo isso já é uma violência, pelo fato deles discriminarem antes de darem a oportunidade delas mostrarem que estão ali aptas a aprender. Recebem essa violência antes de se sentar para conversar, de sentar para ouvir as problemáticas internas que nós estamos sofrendo. Mas se é isso que ele [professor] acha no externo, nossa força interior é muito maior. Não sou eu que estou aqui, eu estou representando meu povo. Temos a nossa espiritualidade. E conseguimos voltar bem mais fortes para enfrentar aquela situação. Há dois anos, com a nova equipe de Coordenação de Diversidade da Universidade de Brasília temos tido um acompanhamento mais próximo dessas alunas sofrem violências de professores e de colegas de classe.

**- Como foi a sua ida para a Universidade de Brasília?**

Tenho uma trajetória bem interessante. É uma escolha bem individual e também a aceitação da família. Sou a caçula de oito irmãos. Meus pais incentivavam muito para que continuássemos nossos estudos. Meus irmãos foram os primeiros a sair da comunidade para terminar o ensino fundamental. Minha irmã do meio também foi a primeira a sair de casa para

estudar. E aí, para nós, os mais novos, foi mais fácil. Sobre a escolha pelas ciências sociais e a antropologia, sou ativista dos movimentos indígenas na minha região desde que nasci. Meus pais sempre frequentaram as rodas e movimentos, assim como meus irmãos. Passei a trabalhar com meu povo com a comercialização de artesanato, com a arte. Depois, tive oportunidade de trabalhar com os 23 povos do Rio Negro. Mas teve um momento em que me vi incapaz de ajudar. Precisava de uma formação para melhorar a forma de ajudar a eles e de me ajudar também. Queria estudar isso. Tinha amigos indigenistas, que defendem nossos direitos, e eu queria ver o outro lado. Queria entender por que os brancos se interessavam tanto em estudar os índios. E era eu quem recebia eles [em Rio Negro], porque fazia o documentos deles nas entradas das aldeias indígenas. Foi quando surgiram vestibulares específicos para a população indígena no Brasil. Brasília era a minha opção número um e São Carlos, a opção número dois. Quando eu passei, muita gente disse “nossa, meus pêsames. Por que você fez isso?”. Porque [ciências sociais] era visto dessa forma. É uma área que eu preciso entender, para entender um pouco desse universo de um curso que explora tanto a questão indígena. O primeiro semestre foi maravilhoso porque não sabia direito onde havia me metido. Ainda é meio constrangedor. Tem indígenas estudando medicina, direito, etc., e eu “não faço nada, faço ciências sociais”, porque eles não entendem o que é estudar esse universo maravilhoso que é a sociedade. Como meu povo me vê? Uns admiram a minha coragem de sair do meu mundo pequeno (pai e mãe ali) e hoje estar num lugar de tentar entender esses dois lados, sem deixar de ser filha e irmã, mas correndo atrás do que queremos. Não sei se tem orgulho, mas algumas vezes sou citada e convidada a falar sobre a experiência de estar na universidade. Somos poucas mulheres do meu povo na universidade ainda.

### **- Como foi sua acolhida pela Associação de Estudantes Indígenas da UnB?**

Meu grupo ingressou na UnB no último vestibular lançado pela UnB em 2013. Já existia um corpo de coordenação de estudantes indígenas e de recepção dos novatos. Quando cheguei, conheci de imediato duas alunas que são da minha região. (Rio Negro é muito grande, você pode encontrar pessoas de lá que nunca havia visto antes). Os contextos são muito diferentes. Ao chegar numa universidade e lidar com a diversidade de povos,

não tem como estabelecer uma confiança de imediato, você se sente só, mesmo estando em meio a várias pessoas. Até se identificar com as pessoas, formar um grupo familiar, leva algum tempo. Aos poucos fui recebida e três meses depois que eu cheguei já me incluíram como parte da Associação de Estudantes Indígenas da UnB (AAIUnB). Já cheguei colaborando dentro do grupo porque já tinha um histórico [ativista] na minha região. Era uma honra, porque não era esperado que os veteranos confiassem nos calouros. Os oito estudantes que vieram nesse mesmo período entraram já fazendo parte da Associação. Hoje, estou como presidente da AAIUnB. É uma surpresa porque sou a novata do grupo. Mas, falei para todos que só iria aceitar o cargo se todos me apoiassem. Foi indicação por unanimidade na Assembleia. A Maloca [espaço onde se situa a Associação de Estudantes Indígenas da UnB] é administrada por nós com apoio da Coordenação de Diversidade da UnB. E há disputas com outros grupos que questionam como um grupo tão pequeno conseguiu este espaço. Mas, queremos também apoiá-los. É um desafio dentro do grupo da Diversidade que existe na universidade. Mas, sempre trabalhamos em parceria com outros coletivos.

**- E como a educação pode ser mais inclusiva em relação às tradições indígenas? Haverá novos vestibulares específicos para a população indígena?**

Essa é a nossa bandeira de luta dentro da universidade. Há uma cobrança por parte das nossas regionais. “E aí, quando vai acontecer o próximo vestibular?”. É como se tivéssemos parado no tempo. “Não estão vindo novas pessoas?”. “Por que parou?”. Nós da Associação entregamos um documento em 2015, reivindicando o vestibular específico para indígenas. O documento foi assinado no mesmo ano pela Reitoria, prometendo um edital para 2016, mas ele não saiu. A instituição alega que não tem recursos para realizar o vestibular, pois as provas são feitas nos polos regionais. E nossa solicitação é que seja realizada a prova, independente dos recursos para trazê-los à Brasília ou ir até as regiões. Com a nova Reitora esperamos que ela abrace a causa e trabalharemos para a entrada de mais jovens.

**- Como se deve repensar o currículo nas escolas e universidades para contemplar as demandas da população indígena no aprendizado?**

Esse vai ser o próximo passo. Já tem iniciativas por parte de departamentos onde estão alunos indígenas. O coletivo conseguiu do Departamento de Saúde Coletiva criar a matéria sobre Saúde Indígena, onde os alunos indígenas dão aula para os demais alunos da universidade, trazendo um pouco do contexto dos indígenas e falando também para esses profissionais que vão atender a população indígena, porque somos mais de 300 povos, seja no município ou nas aldeias. Então, que eu saiba este é o único Departamento em que os indígenas são professores e monitores da matéria. Em outros departamentos ainda é a leitura daqueles que estudaram os indígenas. Não são indígenas que dão aulas. Mas existem outros departamentos, como o CEPPAC, que utilizam autores indígenas em sala de aula, não estudam somente os clássicos europeus. Tem leituras que não têm nada a ver com nossa realidade. Sendo que já temos autores e intelectuais indígenas que escrevem e que queremos ler. Já há uma inserção por parte dos que trabalham com os indígenas de ampliar isso, mas será o próximo passo, porque temos enfrentado muito essa resistência com a própria presença indígena na graduação. Muitas ainda dizem que “agora tem indígena, vai cair a nota da Pós”. Parece que você é sempre um problema para aquele determinado curso.

**- A infraestrutura urbana (a falta de iluminação, de transporte adequado, de segurança) foi um problema levantado pelas mulheres do Voz das Mulheres Indígenas, projeto realizado pela ONU Mulheres e lideranças indígenas do país. Como essa questão é enfrentada pelas mulheres indígenas dentro da universidade?**

A gente convive com isso diariamente. Temos alunos que estudam à noite. Sempre fica aquele medo do que pode acontecer, porque o campus é muito grande. A maioria de nós mora em cidades satélites. Tento sempre não andar sozinha. Falamos sempre para o grupo para andarem em mais de duas pessoas. É perigoso não só para as mulheres, mas para os homens também. Tentamos alertar ao máximo, para não ultrapassarem o horário de aula, saírem em grupo. Se a aula terminar mais cedo, esperar o outro voltar para sair junto. A gente vira mãe e irmã, sempre uma protegendo a outra. Somos muito pequenos, se sofrermos violência física, não vamos resistir. É isso que falamos para os meninos. Mas, até o momento não tivemos relato de nenhuma situação dessa no grupo.

## **- A Lei Maria da Penha e outras leis e serviços para mulheres em situação de violência que o Estado oferece dão conta das necessidades das mulheres indígenas?**

Eu sempre falo que tenho várias mulheres como referência de liderança que estão nos espaços políticos, nas universidades. No nosso interno, como comunidade e região, conversando com colegas da região Norte (Solimões e Rio Negro), avaliamos que ainda não falamos sobre isso nas nossas comunidades. Mas são pautas que precisam ser faladas. Precisamos perder mais uma menina, uma mulher, para falar sobre isso? Não! Precisamos prevenir a violência, seja a doméstica ou outras formas. Nesse momento de multiplicação de mulheres se empoderando, enfrentando essa violência -por se empoderar, quero dizer ter voz, falar-, as meninas na minha região fizeram uma solicitação na Assembleia pedindo que elas também tivessem a voz naquele evento. Hoje, como temos várias lideranças [mulheres] em espaços indígenas, conversamos internamente, mas ainda há uma herança colonial patriarcal, em que só homens podem falar, que só é possível formar uma família no sentido tradicional, uma herança que o colonialismo nos deixou. Queremos ser ouvidas e compreendidas nesses espaços. Essa lei pode não funcionar para essas comunidades, mas podemos, a partir dela, estudar uma forma de punir as violências que acontecem nessas comunidades indígenas, lidando com a realidade de cada povo, ver uma forma de discuti-la e melhorá-la. Existem comunidades indígenas muito próximas do contexto urbano. Do meu povo esse deslocamento leva três ou quatro dias de barco até a cidade. Como vamos lidar com essa lei nesses diferentes contextos é um desafio para nós dentro das universidades, mas para os que estão na comunidade também. Não posso pensar em algo para os que estão próximo da cidade que seja o mesmo para as comunidades. Tem de haver diálogo, uma construção, para não prejudicar esses dois lados.